

A "Antropologia Social" de Edmundo Leach

ALCIDA R. RAMOS

Se fôssemos qualificar o livro mais recente de Leach* com uma única palavra, talvez a mais apropriada fosse "dispensável". São raros os momentos neste livro que lembram a vitalidade intelectual dos trabalhos mais notáveis de Leach, como *Sistemas Políticos de la Alta Birmania* (originalmente publicado em 1954) e *Repensando Antropologia* (1961). Como foi dito uma vez sobre o velho Picasso, o mestre plagia-se a si mesmo e parece viver num mundo todo seu, involucrado numa sincronia ultrapassada.

Com a arrogância que caracteriza as vacas mais sagradas de Oxbridge, de uma penada, Leach declara irrelevante praticamente tudo aquilo que ele percebe como divergindo da sua antropologia social. Entretanto, o leitor com certa prática de textos mais cosmopolitas reconhece a cada passo idéias já antes por outros exploradas, sem que estas venham acompanhadas de qualquer reconhecimento ou crédito por parte de Leach. Particularmente ignorados são os antropólogos norte-americanos (para não falar no total silêncio sobre o Terceiro Mundo). A velha atitude insular da antropologia social britânica tradicional torna-se aqui caricatural, quando Leach pinta o seu quadro da antropologia cultural norte-americana. Caracterizando os antropólogos culturais como descendentes de Tylor "que mantiveram um desejo pela reconstrução histórica" (: 24), Leach, ao mesmo tempo que os deprecia, aborda questões e oferece soluções idênticas às já anteriormente colocadas por "culturalistas" americanos, sem, no entanto, lhes creditar as idéias. Teremos mais adiante oportunidade de apontar alguns exemplos dessa omissão.

* Edmund Leach, *Social Anthropology*, New York: Oxford University Press, 1982, 254 p.

Vejamos, primeiramente, em que consiste o livro em suas linhas mais gerais, para então proceder a um exame mais detalhado de seu conteúdo.

A linha mestra que parece sustentar as argumentações de Leach foi traçada em torno do tema continuidade/descontinuidade. A partir dessa oposição, Leach separa os vários ramos da Antropologia, define-se a si mesmo como um antropólogo social funcionalista fertilizado pelo estruturalismo de Lévi-Strauss, enfurece-se com a sociobiologia, borboleteia sobre questões de identidade (nós versus os outros), explora uma visão eletrificada e anglicizada de poder extraída de sua formação de engenheiro, roda pelo circuito do *kula*, sobe às alturas da hierarquia, descansa no parentesco, passa por questões cosmológicas e, em quatro páginas de conclusão, desculpa-se por cobrir tão pouco terreno, aproveitando a oportunidade para declarar que bruxaria é o oposto de legitimidade. Segue-se um glossário no qual encontramos que, por exemplo, totemismo é “a adoração de animais e plantas”, notas de pé-de-página e uma bibliografia que surpreende pela economia de referências.

Na introdução, Leach desperta o leitor para a relação matemática entre +, — e 0 e sua aplicabilidade no estudo de sociedades humanas. Essa relação é rapidamente explicada mas sua aplicabilidade não chega a ser demonstrada nem aí nem no resto do livro.

No primeiro capítulo, A Diversidade da Antropologia, Leach critica, com razão, a distinção entre sociedades “tradicionais”, “mitopaicas”, “ágrafas”, “estáticas” e sociedades “modernas”, “históricas”, “progressistas” (: 17), o que dá a impressão de endossar o estudo antropológico de toda e qualquer sociedade, inclusive ocidental. Essa impressão se desfaz no decorrer do volume. Para Leach, o objeto privilegiado do antropólogo social ainda são as sociedades não-ocidentais. Ainda neste capítulo, Leach traça uma trajetória algo demorada da antropologia social britânica, parodia rapidamente a antropologia cultural norte-americana, para ele consistindo em variações entre dois extremos — Marvin Harris e David Schneider — e insiste em que a distinção entre antropologia social e antropologia cultural não só é válida como necessária. Ao afirmar que os antropólogos norte-americanos tomam cultura e sociedade como coincidentes e indiferenciados, Leach revela mais desinformação do que perspicácia transatlântica. Além do mais, talvez sem perceber, Leach iguala-se a um “culturalista”; note-se, por exemplo, o seguinte trecho: “A antropologia social não é, nem deve ter por objetivo ser uma “ciência” no sentido da ciência natural. A ser algo, ela é uma forma de arte” (: 52). Isto dito em

1982 não soa muito original, depois que Clifford Geertz já vem batendo há tempo nessa mesma tecla (Vide Geertz 1973).

O capítulo 2, a Unidade do Homem, dedica-se à crítica da idéia de que existe O Homem como ser culturalmente indiferenciável. São alvo especial dessa crítica os iluministas e os marxistas e suas propostas de igualitarismo nas sociedades humanas. Se entendo bem o tom da exposição, Leach parece defender duas noções simultaneamente: a diversidade e relativismo culturais e a universalidade da hierarquia. A primeira noção, obscurecida pelo vaivém do argumento altamente discursivo, que inclui desde exemplos de etnocentrismo europeu pré-colombiano até incursões filosóficas de Michel Foucault (digam-se, de passagem, mal interpretadas por Leach), surgem com mais clareza no capítulo seguinte, quando o autor discorre sobre continuidade biológica e descontinuidade cultural. De qualquer modo, é uma noção bastante corriqueira na antropologia. A segunda, entretanto, representa uma tendência relativamente recente na disciplina. Hierarquia como princípio organizador das sociedades humanas está ainda em fase de competição acadêmica com a noção de reciprocidade que tem orientado os trabalhos estruturalistas de Lévi-Strauss, a partir de Marcel Mauss. Leach, porém, aborda o problema num vácuo teórico, não havendo qualquer referência ao trabalho de Louis Dumont (mencionado apenas como fonte de uma citação de Tocqueville), o maior articulador da “teoria da hierarquia”. Leach toma hierarquia como sendo virtualmente inevitável nas sociedades humanas:

“Na grande maioria dos casos a desigualdade hierárquica é tida como parte da ordem natural das coisas. Isso não é bem surpresa, pois sem hierarquia não pode haver legitimidade e sem legitimidade não pode haver ordem social persistente . . . Numa sociedade em que se leva a sério noções igualitárias cada indivíduo se vê a si mesmo como sendo pessoalmente inspirado diretamente pela fonte divina última de moralidade. Minhas ações são a sua maior justificativa. Não reconheço nenhuma autoridade moral humana exterior ao meu eu existencial. Não há alocação de legitimidade a outros. A autoridade humana é, pois, um mal em si mesma e as relações sociais que constituem a trama da sociedade são constantemente dissolvidas. Portanto, toda doutrina igualitária é fundamentalmente milenarista, revolucionária e transitória.” (: 79)

Se por hierarquia Leach quer dizer diferenciação de papéis, então sua caracterização tem validade, embora a nível trivial — jovens *versus* velhos, mulheres *versus* homens, não iniciados *versus* iniciados. Mas se o conceito de hierarquia implica em desigualdade necessária entre os homens, baseada em acesso diferencial a importantes recursos da sociedade, então a generalização de Leach deixa a desejar. É interessante notar que um dos temas que percorre todo o livro, e que considero a sua maior qualidade, é a idéia de que em antropologia é fútil buscar-se leis, pois a diversidade cultural é tamanha que há sempre exceções que contradizem tais leis. Essa diversidade, imaginação e criatividade humanas que desafiam a capacidade sintética da ciência é o que fascina Leach e muitos outros, dentre os quais eu me incluo. Entretanto, na discussão sobre hierarquia, Leach parece negar a possibilidade de alternativas não-hierárquicas na humanidade. Casos discordantes são empurrados para o lado como sendo raras exceções. Uma leitura mais assídua do material etnográfico do Novo Mundo talvez convencesse Leach de que o número de “exceções” é suficientemente grande para questionar a sua generalização.

O tema da diversidade cultural é retomado no capítulo 3, Humanidade e Animalidade. Na verdade, este assunto é utilizado como veículo de contestação da sociobiologia. Pelos meandros desse ataque (em si mesmo bastante justificado), Leach chega à conclusão de que os seres humanos são diferentes dos animais, que há continuidade biológica entre os homens — afinal, somos todos *Homo sapiens* — e descontinuidade cultural — os ingleses são diferentes dos trobriandeses. E. O. Wilson, o papa da sociobiologia, é chamado de antropologicamente incompetente (: 89), porém Leach não demonstra suficientemente as falácias dessa abordagem. Muito mais satisfatório é o trabalho de Sahlins (1977), outro “culturalista” norte-americano, cujo livro refutando a sociobiologia não é reconhecido por Leach.

No quarto capítulo, Meu Tipo de Antropologia, Leach declara-se antropólogo social que estuda sociedades “primitivas” e generaliza:

“O que fazem realmente os antropólogos sociais? ... A resposta é que eles passam uma boa parte do tempo observando como e quando e onde as relações de parentesco são acionadas e tentando entender as discriminações que marcam a fronteira entre as relações de parentesco e as relações de não-parentesco.”
(: 139)

Para um antropólogo que se dedica ao estudo das relações de trabalho no meio urbano, ou de relações interétnicas, essa caracterização de seu *métier* parece tirada dos idos anos 40.

O quinto capítulo é considerado por Leach como o núcleo de seu pensamento expresso no livro. Intitula-se Dívida, Relação, Poder. Aqui o autor retoma a temática da hierarquia no contexto econômico-político, depois de alertar para a complexidade das categorias sociais, as quais devem ser sempre tomadas em polaridade. Por exemplo, *pai* é um feixe de relações diádicas: pai/feto (sic), pai/bebê, pai/filho, pai/filha (: 151). A sensação de *déjà vu* que chega ao leitor advém do fato de que, em 1965, já outro “antropólogo cultural” norte-americano, Goodenough, abordava extensa e compreensivamente esse assunto num dos volumes da série britânica da ASA. Embora suas idéias houvessem assim atravessado o Atlântico, Leach nem por isso lhe faz referência.

Essa sensação continua através da discussão do *kula* como sistema de troca desigual (lembrando, inevitavelmente, o estudo de Mauss sobre a dádiva, também invisível no livro de Leach). É dado crédito a Lévi-Strauss como fonte de inspiração de Leach em sua tentativa de associar as trocas econômicas dos circuitos do *kula* como as trocas matrimoniais assimétricas estudadas por Lévi-Strauss. Leach utiliza a noção de reciprocidade, ou melhor, de sua quebra, para chegar a uma fórmula de poder: o estado de dívida é o que deflagra uma relação social. Igualdade de pagamentos não gera poder (equacionado com a própria relação social), pois são os pagamentos assimétricos que produzem desigualdade de *status*, quando “o poder flui do ‘mais alto’ para o ‘mais baixo’” (: 159), como na relação entre doadores de esposas versus receptores de esposas. Através dessa fórmula, Leach parece pretender estabelecer uma ponte com os marxistas, a quem evoca freqüentemente no livro em suas várias facetas: vulgares, ortodoxos, ou simplesmente “Marxista”. É neste capítulo que Leach apresenta a sua inusitada concepção de poder. Depois de descrever a relação de poder como envolvendo pessoas numa hierarquia composta de devedores e credores, o autor diz o seguinte:

“Mas em inglês o conceito de poder tem uma conotação física além de metafísica; assim, falamos de ‘water power’, ‘steam power’, ‘electrical power’ e assim por diante. Na linguagem dos engenheiros, diz-se que o poder ‘flui’ sempre que o ‘potencial’ é desigual nos dois extremos de um canal ... A razão desta analogia é que, desde que os dois pólos estejam se-

parados, não há relação entre eles; nenhum poder flui; não há perigo. Mas assim que os dois pólos são postos em contato por um 'power conductor', o potencial relativo nos dois extremos do 'conductor' gera um fluxo de poder. Quanto maior a diferença em potencial, maior o fluxo de poder e maior o perigo para o condutor de poder. E é assim também com assuntos humanos. Se uma 'relação de pessoa a pessoa' conduz um 'fluxo de poder' grande demais, da posição dominante para a subordinada, a conexão entre elas provavelmente resultará em violência." (: 157-8).

Deixando de lado o etnocentrismo lingüístico que toma a acepção inglesa de energia como se fosse universalmente reconhecida pelo termo "poder", a crueza e o mecanismo da analogia (falsa, afinal) reduzem-na a uma curiosidade mental sem maiores conseqüências para a compreensão do fenômeno político.

O capítulo 6, Casamento, Legitimidade, Aliança, repete, essencialmente, o refrão da antropologia tradicional voltada para estudos de parentesco, tais como considerações sobre preço da noiva, dote, aquisição de direitos sobre a prole, "teoria da descendência" versus "teoria da aliança". O ponto alto do capítulo é a contextualização que Leach faz das práticas sexuais dos Nayar, subcasta matrilinear da Índia, tornando-as muito mais inteligíveis ao considerá-las em relação a outras castas vizinhas, como a dos Nambudiri, casta patrilinear.

No capítulo 7, Alguns Aspectos de Cosmologia, Leach resume alguns pontos de ligação entre religião e estrutura social Kachin, através de uma descrição do arranjo domiciliar de um chefe. O termo cosmologia é utilizado propositalmente para evitar o termo religião, o qual Leach reserva para a realidade inglesa, com igreja constituída a sacerdotes profissionais. Por ser "muito menos usada por falantes comuns da língua inglesa comum" (: 133), a palavra cosmologia é então eleita pelo autor para se referir a "religião primitiva" (: 228-9, 236). Em outras palavras, Leach propõe uma descontinuidade abismal, a meu ver desnecessária, senão mesmo etnocêntrica, entre as práticas religiosas de sua sociedade e as de sociedades ditas "primitivas".

Finalmente, a breve conclusão começa com algumas considerações sobre a natureza da bruxaria como atividade antilegítima e termina com uma justificativa do por quê de Leach preferir a estática à dinâmica social. Novamente, ele lança mão de seu passado de engenheiro:

“Na teoria elementar de construções de engenharia, aprendi primeiro sobre ‘estática’ e depois sobre ‘dinâmica’, mas resultou que, de tudo aquilo, a teoria realmente básica estava no volume sobre ‘estática’ e que a ‘dinâmica’ era uma espécie de lustro suplementar sobre o que já havia aprendido.” (: 224)

A antropologia social é, pois, para Leach, o “estudo da estática de sistemas sociais”, mesmo reconhecendo que no mundo real essa estática não existe. Perplexo, o leitor então se pergunta: 1) que relação tem essa postura com a fertilidade metodológica de *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, onde Leach propôs que sociedade seja entendida como uma totalidade detectável no tempo mais do que no espaço; que estranha trajetória levou-o a retroceder a um funcionalismo imobilizante? 2) Com seu repetido apelo ao modelo da Engenharia, que sentido faz caracterizar a antropologia como uma forma de arte?

Em suma, *Social Anthropology* é um livro sem novidades teóricas, poucas surpresas empíricas e bastantes percalços metodológicos. É um quebra-cabeça cujas peças não se ajustam. Sendo que, como o próprio autor admite na primeira página, este livro não se dirige nem a principiantes, nem a profissionais da antropologia, em vez de se constituir em veículo de comunicação, ele mais parece um monólogo representado em frente ao espelho. Voltado para si e sua ilha, Leach é, ao mesmo tempo, seu próprio interlocutor e sua platéia.

BIBLIOGRAFIA

- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. New York, Basic Books, 1973.
- GOODENOUGH, Ward. “Rethinking ‘status’ and ‘role’: toward a general model of the cultural organization of social relationships” In: *The Relevance of Models for Social Anthropology*. ASA Monograph N.º 1, p. 1-24. New York, Frederick A. Praeger, 1965.
- SAHLINS, Marshall. *The Use and Abuse of Biology. An Anthropological Critique of Sociobiology*. London, Tavistock Publications, 1977.